



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 2 de março de 2016
(OR. en)

6663/16

COPEN 58
EUROJUST 20
EJN 11

NOTA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Delegações
Assunto:	Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia - Notificação da Estónia

Junto se envia, à atenção das delegações, a notificação da Estónia sobre a Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia.

Notificação da Estónia

Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia

Com referência ao artigo 29.º da decisão-quadro em epígrafe, a Estónia notifica o Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia e a Comissão de que aplicou a referida decisão-quadro com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015.

Autoridades competentes (Artigo 2.º, n.º 1)

O Ministério da Justiça é a autoridade competente para decidir do envio de uma sentença e de uma certidão para outro Estado-Membro e da aplicação de uma sentença e de uma certidão enviadas para a Estónia.

Ministério da Justiça da Estónia

Tõnismägi 5a

15181 Tallinn

ESTONIA

Telefone: +372 620 81 92

Fax: +372 620 81 91

Endereço eletrónico: central.authority@just.ee

Línguas (artigo 23.º)

A Estónia aceitará a certidão referida no artigo 4.º da decisão-quadro ou uma tradução da mesma para estónio ou inglês.

Com referência ao artigo 23.º, n.º 3, informa-se que, na qualidade de Estado-Membro de execução, a Estónia pode solicitar, imediatamente após ter recebido a sentença e a certidão, nos casos em que considerar o conteúdo desta última insuficiente para decidir da execução da condenação, que a sentença ou uma parte essencial da mesma seja traduzida para estónio ou para inglês.
